

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SUMARÉ, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e artigo 9º, do Decreto Municipal nº 12066/2023, torna público que a Administração pretende realizar processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CORTES E PODAS DE ÁRVORES**, Regime de Execução: entrega única, Tipo de Licitação: Menor Valor por item, conforme Termo de Referência relacionado abaixo:

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

As Propostas deverão ser encaminhadas ao Prefeitura Municipal de Sumaré até 26/02/2024 até às 17:00 horas, através do e-mail: **cotacao@sumare.sp.gov.br**, conforme modelo do Anexo I.

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisições – Contratação Direta

[SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL]

(Processo Administrativo nº 5475/ 2024)

1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – Art. 6º, XXIII, “b”

1.1 A aquisição é necessária para disponibilizar mais equipamentos às equipes da Secretaria de Proteção e Defesa Civil, que foram surpreendidas com os últimos temporais e vendavais ocorridos na região que ocasionaram a queda de grande número de árvores que obstruíram vias urbanas e rurais.

1.2 Cumpre salientar que tal aquisição é de suma importância para garantir a manutenção de logradouros públicos, onde a falta destes materiais, implica na prestação dos serviços de desobstrução de ruas e avenidas, deixando sem atendimento aos órgãos públicos e os munícipes, e impossibilitando o direito de ir e vir do cidadão que é garantido pela nossa Carta Magna.

1.3 Considerando que é atribuição legal desta Secretaria de Proteção e Defesa Civil prestar o atendimento em casos de emergências, onde somente com estes equipamentos poderemos atender de forma satisfatória todos os anseios externos.

1.4 Dispensado a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, pois se trata de aquisição padronizada pelo Decreto Municipal n. 10.687/2019.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO - Art. 6º, XXIII, “a” e Art. 40, §1º, I e III

2.1. Aquisição de [EQUIPAMENTOS PARA CORTE E PODAS DE ÁRVORES], nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Motosserra STHIL MS 170 sabre de 30cm Especificação técnica: Motosserra a Gasolina, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 0.250 (litros), Cilindrada (cm3) 30.1cc, Sabre 12	[unidade]	[3]	[1.443,56]	[4.330,68]

	<p>Polegadas, Peso aproximado de 3,9 KG, Potência de no mínimo 1.3/1.8 (kW/cv), Rotação Lenta 2800 rpm, Rotação máxima 14000 rpm, Motor 2 Tempos.</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea a da Lei Federal 14133/2021)</p>				
2	<p>Motosserra STHIL MS 382 sabre de 40cm Especificação técnica: Motosserra a gasolina, Potência: 5.3 cv, Cilindrada: 72.2 cc, Comprimento das espadas compatíveis: 63 cm, Peso: 6.2 kg, Capacidade do tanque: 0.68 Litros, Nível de pressão sonora: 105 dBA, Com sistema antivibração, com lubrificação automática, com freio de corrente, Tipo de cadeia, Rapid Super.</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea a da Lei Federal 14133/2021)</p>	unidade	1	5.151,04	5.151,04
3	<p>Motosserra Sthil MS 250 sabre de 40cm Especificação técnica: Motosserra à gasolina compacta e de alta potência, Potência (kW/cv) 2.3/3.1, Cilindradas 45cc, sabre 40 cm, Peso (kg) 4.6, Capacidade do tanque de combustível 0,470 Litros, velocidade máxima de 10.000 rpm, Nível de potência sonora dBA 101, Tipo de cadeia Picco Micro 3, Com sistema antivibração, com lubrificação automática e com freio de corrente, Nível de vibração esquerda/direita m/s 6,9/ 8,9.</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea a da Lei Federal 14133/2021).</p>	unidade	2	3.104,90	6.209,80
4	<p>Motopoda (Tele Serra) a gasolina STHIL HT 75 sabre 30cm 3/8 Potência kW 0.95, Cilindrada cm³ 25.4, Potência HP 1.3, peso kg 6.6, Valor de vibração na esquerda m/s² 3.9, Valor de vibração na direita m/s² 4.5, Largura da ranhura do sabre 1.1, Comprimento total (mín. cm) 270, Comprimento total (máx. cm) 390.</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea a da Lei Federal 14133/2021).</p>	unidade	1	3.449,00	3.449,00

5	<p>Soprador a gasolina Dados Técnicos: Volume de ar - (m3/h): 755 / 620, Cilindrada 79.9 cm3, Vazão de ar 1,700 m3/h, Peso 10.6 KG, Força de sopro 41 N, Nível de pressão sonora 104 dBA, Vibração 3.5 (m/s2), Potência (kW/cv) 3.2 / 4.4, Volume de ar máximo com tubeira 2,025 m3/h, Velocidade máxima do ar 97 m/s, Vazão máxima de ar 2,025 m3/h, Nível de pressão sonora 104 dBA, Nível de potência sonora 112 dBA, com cintas acolchoadas, Tecnologia que proporciona baixo nível de emissão de gases poluentes e menor nível de ruído.</p> <p>(Modelo Referência BR 800 - Marca Sthil, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea d da Lei Federal 14133/2021).</p>	unidade	3	7.066,01	21.190,03
6	<p>Corda Polipropileno Trançada Branca espessura 12,0 mm</p>	Metro	200	2,144	428,80
7	<p>Lima Redonda STHIL espessura 4,0mm ou 5/32x8" para Motosserra STHIL Especificações Técnicas: Indicada para afiar os dentes da corrente da motosserra. Cada modelo de motosserra utiliza um modelo de corrente, e com isso cada corrente tem um tamanho de lima indicado para ela. Indicada para Motosserras: MS170 / 180 / 180 C-BE / 210 / 230 / 250 Lima Redonda Indicada para corrente: Passo: 3/8" P Espessura do elo: 1,1 mm e 1,3 mm</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea b da Lei Federal 14133/2021)</p>	unidade	50	15,21	760,50
8	<p>Lima Redonda Stihl 5,2mm ou 13/64x8" para Motosserra Indicada para afiar os dentes da corrente do motosserra. Cada modelo de motosserra utiliza um modelo de corrente, e com isso cada corrente tem um tamanho de lima indicado para ela. Indicada para Motosserras: MS310 / 361 / 362 / 382 / 460 / 462 / 650 / 651 / 660 / 661 Indicada para corrente: Passo: 3/8" Espessura do elo: 1,6 mm.</p> <p>(Marca Sthil padronizada pelo Decreto Municipal n. 10687/2019, enquadrando no art. 41, Inciso I, alínea b da Lei Federal 14133/2021)</p>	unidade	50	13,99	699,50

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.061, de 2023 |

Prazo de vigência

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias, contados do recebimento do objeto, na forma do artigo 113 da Lei nº 14.133, de 2021 |

2.4. O contrato ou outro instrumento que a substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO - Art. 6º, XXIII, “c”

3.1. Por força do Decreto Municipal n. 10687/ 2019, os produtos e equipamentos desta aquisição são padronizados nesta Prefeitura Municipal na marca e fabricação Sthil, por serem de fácil reposição de peças, a fim de agilizar sua manutenção.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - Art. 6º, XXIII, “i”

4.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 42.227,35 (**QUARENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE E SETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS**), conforme custos unitários apostos na [tabela acima] **OU** [em anexo].

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Art. 6º, XXIII, “j”

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Sumaré.

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

[742/ 02.026.2005/ 3.4.4.90.52.34/ 0111
738/ 02.026.2005/ 3.3.3.90.30.99/ 0111
738/ 02.026.2005/ 3.3.3.90.30.42/ 0111]

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - Art. 6º, XXIII, “h”

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do ART. 75, INCISO II., da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação

6.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

6.3.1 Por se tratar de aquisição com entrega total e imediata os documentos habilitatórios foram parcialmente dispensados, conforme disposto no inciso III. Art. 70 da Lei Federal 14133/2021.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - ...

II - ...

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Habilitação jurídica

- 6.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 6.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 6.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 6.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 6.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 6.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de

2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 6.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual]* ou *[Municipal]*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Art. 6º, XXIII, “d”

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.1 Na presente contratação será admitida a indicação da marca STHIL, para os itens, 01 – Modelo MS 170, 02 – Modelo MS 382, 03 – Modelo MS 250, 04 – Modelo HT 75, 05 – Modelo BR 800, 07 – indicado para motosserra Sthil MS 170 e MS 250, 08 – indicado para Motosserra Sthil MS 382, de acordo com o Decreto Municipal n. 10.687 de 21 de novembro de 2019, anexo.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Art. 6º, XXIII, “e” e Art. 40, §1º, II

Condições de Entrega:

- 8.1. O **PRAZO DE ENTREGA** dos bens é **DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em remessa única.
- 8.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **01 (UM) DIA ÚTIL** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: [
 - 8.3.1 ITENS DE 01 a 05 – Setor de Patrimônio – Rua Turíbio Esperidião da Silva, 333 - Virgílio Viel – Sumaré/ SP
 - 8.3.2 – ITENS DE 06 a 08 – Na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil – Avenida Ferreira Gomes, n. 616, Vila Menuzzo, Sumaré/ SP

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 8.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 8.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

8.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

8.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

8.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

8.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – Art. 6º, XXIII, “f”

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A gestão do contrato caberá ao Gestor que será designado formalmente nos autos, ou pelos respectivos substituto.

9.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato que será designado formalmente nos autos, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.8. No exercício da função, o gestor e o fiscal do contrato deverão observar fielmente o disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 12.055, de 2023, que estabelece as atividades que deverão exercer, sem prejuízo da observância da legislação que seja aplicável ao objeto que eventualmente tenha reflexos no exercício da função.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - Art. 6º, XXIII, “g”

Recebimento do Objeto

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser SUBSTITUÍDOS NO PRAZO DE 05 (CINCO) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por 10 (dez) dias, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 28 (vinte e oito) dias para fins de liquidação e pagamento, nos termos do Decreto Municipal nº 12.065, de 2023.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.11. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.12. Verificadas quaisquer irregularidades do contratado que impeçam o pagamento, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.13. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, poderá culminar suspensão dos pagamentos e rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de sanções cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

10.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.16. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. Eventual atraso no pagamento à contratada por culpa exclusiva da Administração implicará na correção do valor nominal pelo IPCA-E, a contar do dia em que se daria o pagamento até a efetiva data da quitação

Forma de pagamento

10.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

10.22. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios decorrentes do futuro contrato com instituição financeira.

11. INFRAÇÕES, MULTAS E SANÇÕES

11.1. As infrações, multas e sanções aos licitantes e à futura contratada aquelas previstas na Lei nº14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 12.061, de 2023, que fará parte integrante do edital e do contrato ou instrumento equivalente.

Sumaré, 19 de fevereiro de 2024.

DEMÉTRIO MATEUS MOREIRA

Secretário Municipal de Proteção e Defesa Civil
Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO I – Modelo de Proposta
ANEXO – II – Modelo de Declaração

ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA

PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 5475/2024

Objeto: **Aquisição de equipamentos para cortes e podas de árvores**

Tipo de Licitação: **MENOR VALOR UNITÁRIO**

Regime de Execução: **ENTREGA ÚNICA**

DADOS DA EMPRESA

EMPRESA: _____

C.N.P.J.: _____

Tel Fax: () _____ **E-mail:** _____ **Celular:** () _____

Endereço: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

Nome Representante Legal: _____

Cargo: _____

Email: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Endereço: Av/Rua: _____

Bairro _____ Cidade _____

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1					
	TOTAL:					

Prazo de Validade da Proposta: _____ (mínimo de 60 dias)

Condições de Pagamento: Até 28 (vinte e oito) dias

Prazo de entrega: Até **05 (cinco)** dias **úteis** a contar do recebimento da ordem de fornecimento pela Contratada.

O preço ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto, (inclusive frete e demais impostos)

Caso vencedora os documentos para habilitação serão entregues em 03 dias uteis, conforme Termo de Referência.

....., .. de de **2024**

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, que:

- I. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- II. Está ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação, nos termos do artigo 67, inciso VI da Lei Federal 14.133/2021;
- III. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que não se encontra impedida de participar de licitações por inidoneidade, na esfera municipal, estadual e federal ou suspensão de licitar com o município de Sumaré, , nos termos do artigo 63, inciso IV da 14.133/2021;
- IV. Não se encontra impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, por nenhum dos casos descritos nos subitens do artigo 14 da Lei da Federal 14.133/2021;
- V. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do artigo 63, inciso IV da 14.133/2021.

Sumaré, dede 2024.

Nome completo do responsável legal da empresa
Assinatura do responsável legal da empresa

OBS: o responsável legal deve constar no Contrato Social ou Ata de Posse da Diretoria, com poderes para assinar Declarações / documentos, ou constituído por Procuração.

A Declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa.